



# Em busca da integração

## Em Gramado, um encontro de 300 dirigentes

Ainda em abril serão feitas as primeiras reuniões para criação de comitês de compras no Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorre em Minas onde, desde 1974, cerca de 100 cooperativas fazem suas compras em conjunto.

As vantagens desses comitês são claras: ao centralizarem as compras de um grupo de cooperativas eles podem, pelo volume, conseguir melhores preços na aquisição de fertilizantes, implementos, defensivos, etc. ou mercadorias, no caso das cooperativas de consumo.

A idéia de sua criação, há muito defendida pelo Inkra, tomou forma no IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado na metade de março. Ela representa o primeiro e importante passo para que as cooperativas passem a trabalhar de forma integrada. A necessidade dessa integração, tanto a nível horizontal (entre cooperativas do mesmo ramo) quanto vertical (entre cooperativas de ramos diferentes), foi o principal tema do seminário.

No seminário também ficou claro que esse processo, destinado a dar uma nova e mais consistente estrutura ao cooperativismo como um todo, será lento e precisará superar grandes dificuldades, especialmente no que se refere ao seu estágio mais avançado, que é a integração entre cooperativas diferentes — entre cooperativas de produção agrícola e de consumo, por exemplo.

As primeiras a aderirem à idéia serão as cooperativas de consumo por razões muito simples. A maioria delas sobrevive com grandes dificuldades, acossadas por uma feroz concorrência promovida pelas grandes redes de supermercados e, segundo alguns de seus dirigentes, como Ely Luiz Liska, da Cooperativa dos Empregados da CEEE, só unidas e contando com apoio fi-

nanceiro do governo elas poderão fazer frente a essa pressão.

Essa etapa, tudo indica, depende apenas da disposição do governo em apoiar a iniciativa oferecendo recursos para capital de giro, pois a principal dificuldade dessas cooperativas advém do fato de que elas são obrigadas a fazer suas compras à vista e fornecem a seus associados a prazo.

Na área da produção agrícola já se desenvolve um processo de integração horizontal que vem tomando corpo nos últimos anos. Um exemplo é a Central do Leite, uma indústria completa de leite e derivados, formada por 20 cooperativas gaúchas e que já está em implantação. Também no que se refere à compra de alguns insumos

e na venda da soja para o mercado externo, já há uma atividade integrada promovida pela Fecotrig, com resultados satisfatórios.

A integração entre cooperativas de tipos diferentes, no entanto, vai esbarrar em consideráveis conflitos de interesse, como se comprova pelas opiniões de dirigentes publicadas nas páginas internas deste caderno. O mais claro destes atritos: as cooperativas de produção estão voltadas para obter melhores preços para os produtos dos seus associados. Ao contrário do que prega a doutrina cooperativista tradicional, cujo objetivo final é o consumidor, estas entidades tendem a vender para quem lhes oferece os melhores preços. Mesmo porque, ainda é a vantagem

econômica e não o espírito associativo o elemento essencial que mantém os agricultores ligados à cooperativa.

As de consumo, por seu lado, desejam menores preços para oferecer mercadorias em condições vantajosas aos seus associados. Então, o que à primeira vista parece um caminho natural, que é as cooperativas de consumo comprarem os alimentos que vendem aos seus associados das suas irmãs de produção agrícola, tem esse obstáculo pelo meio.

Para alguns líderes, como Rubem Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí (veja na página 5), a integração vertical é um ideal muito distante, pois na prática não há perspectivas de se eliminar o conflito de interesses a curto prazo. Seno Dreyer, presidente recém-eleito da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, e em cuja plataforma o problema da integração assume lugar de destaque, concorda que são numerosas as dificuldades. Mas acha que é indispensável que se comece imediatamente a buscar de forma or-

ganizada essa integração, "pois ela se dará quando as lideranças se conscientizarem e transmitirem essa consciência ao corpo associado de que o cooperativismo precisa ser um sistema único, com todas as suas partes ligadas entre si. Esta é a única maneira de continuar crescendo e se fortalecendo", diz ele.

No estágio atual, em que se estabelece até uma espécie de concorrência entre cooperativas, o que se nota é que a saúde de uma cooperativa depende de fatores econômicos de ordem externa. Ou seja, com raras exceções, estão bem aquelas que trabalham com produtos que estão em boa situação no mercado, como é o caso da soja. As que atuam em setores envolvidos em crise acabam engolfadas na crise quando deveriam funcionar como o principal remédio para sufocá-la, como é o caso das cooperativas de vinho.

Situação que o representante da cooperativa dos funcionários da Volkswagen no seminário de Gramado descreveu bem ao afirmar: "Precisamos de mais cooperação no cooperativismo".

## Os comitês mineiros

A experiência começou em 1974, em Minas Gerais, onde atualmente mais de 100 cooperativas adquirem mercadorias em conjunto através de seis comitês de compras. No ano passado, esses comitês mineiros realizaram compras no valor total de Cr\$ 71 milhões e 700 mil. Segundo dados do Inkra, se cada uma das cooperativas que fazem parte dos comitês tivesse feito suas compras em

separado, teria gasto cerca de Cr\$ 90 milhões, ou seja, 25 por cento a mais. O volume das compras feitas em conjunto é que possibilitou essa redução nos preços, que resultou numa economia de Cr\$ 18 milhões.

Além de Minas, onde há cinco comitês formados por cooperativas agrícolas e um por cooperativas de consumo, há mais quatro desses centros de compras: dois no Rio de Janeiro, um em Goiás e outro no Espírito Santo. A idéia, lançada pela Divisão de Cooperativismo e Sindicalismo do Inkra, é extremamente simples. Um grupo de cooperativas com interesses comuns se reúne e assina um protocolo comprometendo-se a comprar através do comitê, para onde passa a encaminhar as suas encomendas.

De posse das informações sobre as necessidades de cada uma das cooperativas, o comitê estabelece uma concorrência entre os fornecedores, escolhendo aquele que oferecer melhor preço e melhores prazos.

## 120 novas cooperativas

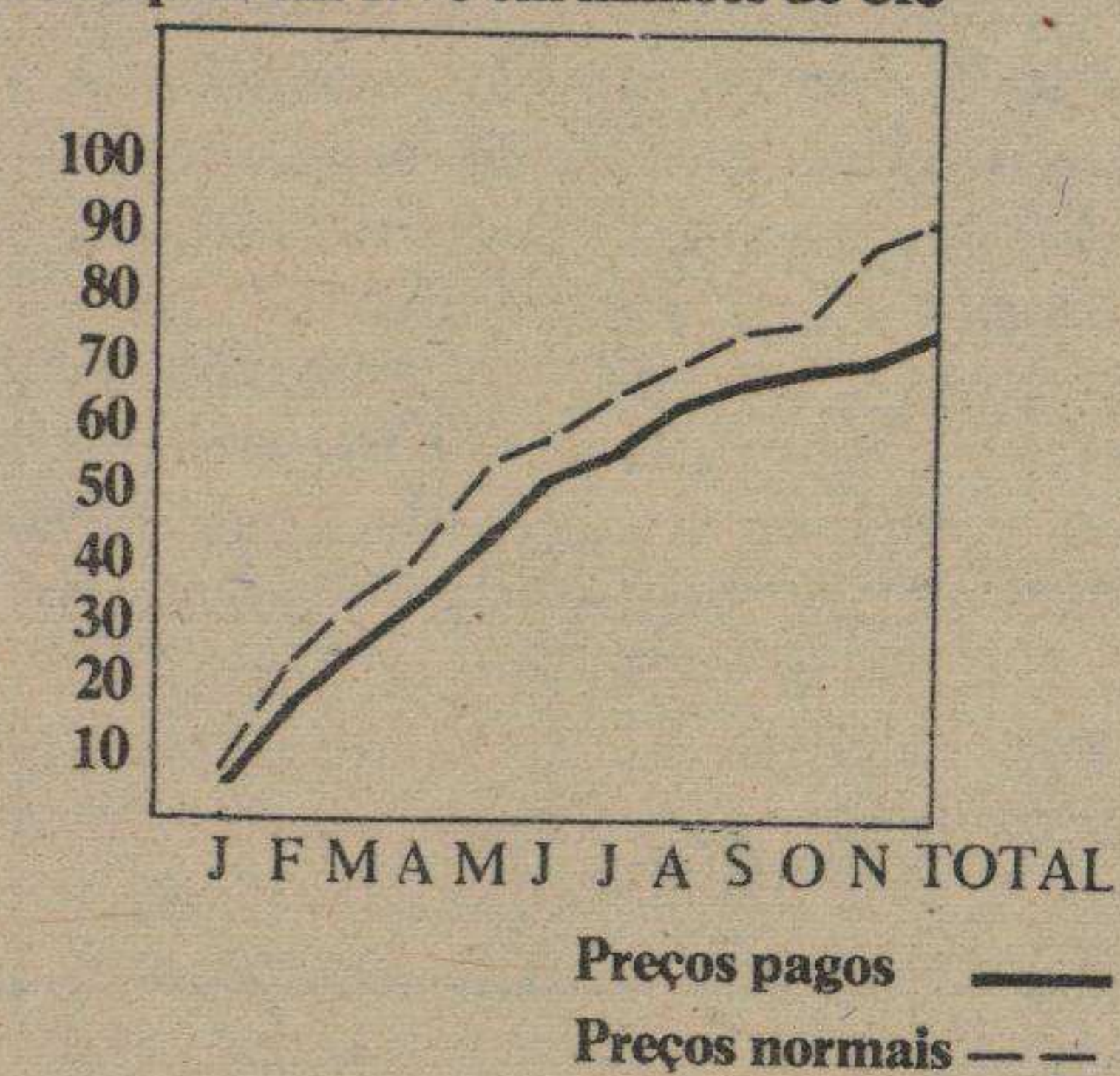
De janeiro a dezembro do ano passado, foram criadas 120 novas cooperativas no país, 20 a mais do que previam os planos do Inkra. Segundo Osvaldo Freire Júnior, chefe da Divisão de Cooperativismo e Sindicalismo do Inkra, esse número indica que o movimento cooperativista no país não está apenas crescendo como está se organizando e fortalecendo. Isso porque entre as novas, surgiram seis cooperativas de segundo grau, ou seja, são centrais ou federações, que são cooperativas formadas por grupos de cooperativas. Isso indica que está havendo um maior entrosamento. Em vez de se manterem funcionando isoladamente, as cooperativas estão procurando integrar-se.

No total, o número de cooperativas existentes no país agora é de 2.317, das quais 259 são cooperati-

vas escolares, 363 são de consumo, 1223 são de produção, 248 de eletrificação rural e 224 de prestação de serviços.

Em entrevista ao Coojornal, Freire Júnior afirmou que há nas diversas áreas do governo um consenso de que o cooperativismo está cumprindo satisfatoriamente o seu papel, que é de auxiliar no esforço de combate à inflação e para a ampliação das exportações agrícolas. Em 1975, conforme dados do Inkra, elas foram responsáveis pela entrada no país de 430 milhões de dólares (quase Cr\$ 6 bilhões). Em 1976, porém, suas exportações foram aumentadas em 42%, alcançando 612 milhões de dólares (mais de Cr\$ 8 bilhões), dos quais 365 milhões de dólares (59%) correspondem às vendas das cooperativas gaúchas.

Compras em 1976 em milhões de Cr\$



O cooperativismo gaúcho deu um jogo de corpo nos seus críticos e deixou-os falando sozinhos. Não havia mesmo o que fazer depois das manifestações de vários representantes do governo diante da campanha ensaiada pela Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul. Em nome de alguns de seus filiados que se sentem prejudicados pela atuação das cooperativas — lojas de eletrodomésticos, exportadores de produtos agrícolas, lojas de implementos e insumos para a lavoura — a Federação tentou sensibilizar algumas áreas do governo para que limitassem as atividades das cooperativas, acusando-as de gigantismo e concorrência desleal. "Seria bom que o comércio e as cooperativas se entendessem", disse o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ao receber um memorial dos comerciantes, no início de março. O ministro foi cuidadoso em sua resposta, pois estava no Rio Grande do Sul em missão de pacificação. Mas, deixou claro que o governo não pretende defender interesses privados. Uma semana depois, o ministro

# Governo foi quem respondeu às críticas

Alysson Paulinelli, da Agricultura, disse em entrevista ao *Coojornal*: "A posição do governo é de total apoio ao cooperativismo e isso já foi claramente exposto pelo presidente Ernesto Geisel na abertura do VII Congresso Brasileiro realizado em Brasília no ano passado" (1). Em Gramado, durante o IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo, todos os representantes do governo federal ratificaram essa posição, com adendos: as cooperativas precisam crescer e se fortalecer ainda mais.

Diante de todas essas manifestações, os 300 dirigentes de cooperativas do Rio Grande do Sul reunidos em Gramado chegaram à única conclusão a que poderiam chegar: as críticas são reflexos de interesses particulares feridos e indicam, antes de tudo, que o cooperativismo está cumprindo o seu papel, que é o de eliminar a intermediação. Ou seja: impedir que o consumidor pague preços cada vez mais altos, enquanto os produtores recebem preços cada vez mais baixos.

Assim, a principal reação que as críticas do comércio provocaram entre as cooperativas foi exatamente contrária. A elas foi atribuída a excepcional participação que teve o seminário, recebendo o triplo de inscrições das vezes anteriores. Além disso, motivaram os dirigentes cooperativistas a aumentarem os seus esforços em busca de uma maior união entre eles. Ao final, a carta de Gramado, contendo a síntese das posições defendidas no seminário, se caracterizava por um tom sereno e firme (veja na última página deste caderno), sem qualquer menção direta aos ataques que, pelo visto, acabaram caindo no vazio.

(1) — Na abertura do VII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, no ano passado em Brasília, o presidente Ernesto Geisel disse, em um trecho do seu discurso: "É no cooperativismo que nós vemos um instrumento adequado para a promoção econômica e social do homem, através da participação crescente nos frutos do trabalho comum".



## Cooperativismo ensinado na escola

A disciplina de cooperativismo está próxima de ser ensinada nas escolas de primeiro grau do Rio Grande do Sul. As professoras Maria Inês Kopp e Nora Regina Pesce, da Secretaria de Educação e Cultura, já estiveram na sede da Organização das Cooperativas do Estado para tratar deste assunto.

As professoras fazem parte do grupo que estuda cooperativismo no Departamento de Assistência ao Educando, da SEC. E tiveram seu interesse despertado por duas teses apresentadas no Seminário Gaúcho de Cooperativismo — uma que pedia incentivo à criação de um maior número de cooperativas de trabalho em centros urbanos e outra que sugeria a estrutura de um departamento de educação e comunicação em cada cooperativa.

Na primeira quinzena de abril será realizada nova reunião, desta vez com a presença de representantes dos demais órgãos que representam o cooperativismo estadual, para um estudo mais aprofundado desta iniciativa pioneira no Brasil.

## Encontro marcado em Fortaleza

O objetivo principal da realização de seminários como o de Gramado é a preparação das representações estaduais para o VIII Congresso Nacional de Cooperativismo, marcado para o período de 14 a 17 de setembro em Fortaleza, Ceará. Assim, todas as organizações estaduais, como a Ocergs, remeterão para a Organização das Cooperativas Brasileiras as teses e proposições aprovadas a nível local.

Com todos os dados na mão, a OCB constituirá uma Comissão que escolherá as teses e proposições que serão levadas ao congresso. Mas este ano haverá uma diferença básica em relação aos congressos anteriores: apenas 10 trabalhos serão apresentados em plenário. A diretoria da OCB explica esta decisão com a afirmação de que "quando são debatidos quase uma centena de teses e proposições, a discussão foge do alto nível, se atendo em assuntos de pouca relevância para a doutrina cooperativista".

# As propostas gaúchas

A tese que pedia que as cooperativas elegeassem deputados estaduais e federais para representá-las na Assembléia e na Câmara foi a única rejeitada no 4º Seminário Gaúcho de Cooperativismo. A seguir, um breve resumo das 10 teses aprovadas:

**TESE 1 — Desvinculação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. do Ministério da Agricultura, transformando-o em Banco Nacional das Cooperativas S.A.** Esta foi uma das teses mais debatidas durante o encontro, com muitas manifestações contrárias e favoráveis. O autor, Luiz Pachaly (vice-presidente da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural), lembrou que o BNCC não possui os recursos financeiros necessários para atender o sistema cooperativista e por isto propôs uma comissão que estudasse a desvinculação do BNCC do Ministério da Agricultura. Ao final, o plenário aprovou a criação de uma comissão para "estudar os problemas do banco" sem, no entanto, competência para propor a pretendida desvinculação.

**TESE 2 — Uma ampla, criteriosa e permanente campanha de divulgação do cooperativismo no Brasil.** Autoria de José Vieira da Cunha, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A tese considera que hoje o cooperativismo é divulgado apenas entre as próprias pessoas que, de uma forma ou de outra, já estão engajadas no sistema. Por isto propõe uma ampla campanha de divulgação do cooperativismo, a ser desenvolvida em conjunto pelas entidades máximas do cooperativismo nacional, usando-se para isto todos os meios de comunicação — jornal, rádio, televisão, audiovisual, cartazes, boletins, etc.

**TESE 3 — Incentivo à criação de cooperativas de trabalho e definição de uma política social e trabalhista para este tipo de cooperativa.** Também apresentada pela Cooperativa dos Jornalistas. A tese considera que a cooperativa de trabalho é uma das melhores maneiras de se valorizar a capacidade do trabalhador em se empregar. Propõe que seja revista a legislação cooperativista brasileira, adequando-se a ela as relações especiais de natureza trabalhista que se apresentam no relacionamento



Dez teses foram aprovadas pelos quase 300 participantes do Seminário realizado em Gramado

prático entre associados e cooperativa.

**TESE 4 — Estimulos creditícios às cooperativas de eletrificação rural.** Apresentada pela Cooperativa de Eletricidade Rural Teutônia Ltda. Tem três proposições: a) seja definido no BNCC um programa de financiamento às cooperativas de eletrificação rural dentro de características adequadas às atividades dessas cooperativas; b) sejam colocados recursos do Fundo Federal de Eletrificação a esse programa no BNCC; c) seja respeitada a lei (nº 4.504/64, artigo 90) que dá prioridade às cooperativas nos programas de financiamento à eletrificação rural promovidos por quaisquer entidades oficiais.

**TESE 5 — Proteção do cooperativismo a nível constitucional.** Elaborada pela Cooperativa Tricolor Mista Alto Jacuí Limitada. Pede que se encaminhe uma proposição ao VIII Congresso Nacional de Cooperativismo, ao Poder Executivo Federal, ao Congresso Nacional e outras autoridades, no sentido de que se crie uma emenda constitucional que contenha norma programática de incentivo e proteção ao cooperativismo nacional. É uma das teses mais bem elaboradas, mas, devido a sua importância, será estudada por uma comissão antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional de Cooperativismo (em setembro, em Fortaleza).

**TESE 6 — Implantação de um Departamento de Educação e**

**Comunicação Cooperativista em cada cooperativa.** Autoria de Acari Amorim, da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul. Propõe que cada cooperativa estruture o seu Departamento de Educação e Comunicação Cooperativista, com recursos provenientes do Fates (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Estes departamentos contariam com a assessoria dos órgãos que orientam e representam o cooperativismo.

**TESE 7 — Locações (leasing) imobiliárias através dos programas habitacionais cooperativos e do programa habitacional empresa.** De Vergílio Perius. Leva em consideração o déficit habitacional e suas causas (especulação imobiliária, falta de poupança, etc.) e recomenda a regulamentação, por parte do BNH, de programas habitacionais em forma de *leasing* imobiliário, a serem desenvolvidos mediante a integração do Programa Habitacional Empresa com o Programa Habitacional Cooperativo.

**TESE 8 — Solicita apoio das autoridades federais e estaduais ao processo de fusão entre cooperativas vinícolas do estado.** Apresentada por Bernardino Conte, da Fecovinho. A tese pede apoio às fusões entre cooperativas devido ao perigo representado pela penetração das multinacionais nessa área de produção. Além da Heublein e da National Distillers, que já assumiram o controle de indústrias gaúchas, outras empresas

tentam investir na zona de Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Por isto a Fecovinho pediu o apoio das autoridades no processo de fusão que ajudará as cooperativas a se fortalecerem.

**TESE 9 — A eletrificação rural como fator de fixação do homem ao campo e do desenvolvimento e segurança nacional.** Apresentada pela Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul. A tese lembra que o sistema cooperativo de eletrificação rural se mostra eficaz e o mais recomendável a um programa maciço de energização dos campos, tendo encontrado franca receptividade pelas populações rurais. Assim, pede o apoio tanto de políticos e legisladores como do governo e das empresas concessionárias de energia elétrica (em geral autarquias) para a atividade desenvolvida pelas cooperativas no setor.

**TESE 10 — Solicita ao Conselho Nacional de Cooperativismo que baixe resolução regulamentadora de cálculo e recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Imposto sobre a Renda pelas cooperativas.** Apresentada por oito cooperativas de consumo gaúchas. Pede que o CNC declare que não há incidência do ICM sobre os atos cooperativos praticados pelas cooperativas (nos termos do artigo 79 da Lei 5764) e que, ao contrário, os fornecimentos de bens ou serviços a terceiros (não cooperativados) sejam tributáveis e contabilizados em separado.

# 'Concorrência é benéfica'

Entrevista com Walmor Franke, um dos autores da lei cooperativista

Em 16 de dezembro de 1971 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 5764, que rege as sociedades cooperativas brasileiras. A Lei foi o resultado final de um longo trabalho de pesquisas e estudos realizados por alguns cooperativistas — e o personagem principal deste grupo era um gaúcho, o advogado Walmor Franke.

Foram tantas as notas, apontamentos e discussões com técnicos do cooperativismo, que no ano seguinte, findo todo o trabalho que envolveu também exaustivos estudos da legislação existente em outros países, principalmente Alemanha, Itália e França, que Walmor Franke decidiu aproveitar o material. E publicou o livro *Direito das Sociedades Cooperativas*, uma das raras obras em língua portuguesa sobre cooperativismo.

Apesar de afastado do cooperativismo desde esta época, ele se inscreveu no Seminário Gaúcho de Cooperativismo com um objetivo bem determinado: reencontrar velhos amigos do cooperativismo. Mas desapontou-se — poucos velhos amigos estavam lá. Em compensação, disse ter ficado satisfeito ao ver "muitos jovens continuando a obra do cooperativismo gaúcho". Depois do Seminário, em sua casa em Porto Alegre, Walmor Franke deu esta entrevista para o Coojornal.

**Coojornal — Hoje, mais de cinco anos depois de promulgada a nova legislação cooperativista no Brasil, o senhor nota alguma falha nesta Lei 5764?**

Walmor Franke — Trabalhamos bastante, com a ajuda de outros juristas e cooperativistas importantes, na elaboração do anteprojeto e do próprio projeto-de-lei cooperativista. Foi uma lei votada na Câmara e no Senado, recebendo inclusive emendas no Congresso Nacional. E ela adapta às condições brasileiras o que havia de melhor na época em países como a Alemanha e a Itália. Até hoje, pelo menos para mim, não sei se por cortesia, ninguém disse que há falhas nesta lei. Portanto...

**Coojornal — Esta nova lei coincidiu inclusive com a expansão do cooperativismo no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul.**

Walmor Franke — O cooperativismo está atravessando uma fase que eu considero excepcional. As cooperativas se expandem, e este desdobramento é necessário, pois a cooperativa não deve se limitar a simples operações de compra e venda. Ao contrário, deve oferecer diversificações de atividades, pois é um meio de fortalecimento do agricultor. Então, hoje as cooperativas têm armazéns, lojas e supermercados, transporte...

**Coojornal — Algumas cooperativas se expandem tanto que às vezes são acusadas de interferir na área de outra...**

Walmor Franke — Vivemos num sistema em que a concorrência é incentivada. Pois eu entendo que até a concorrência entre cooperativas é benéfica. Agora, só uma coisa não se admite, que é o monopólio, uma prática condenada inclusive na nossa Constituição. Agora, a concorrência é bem vinda, ela é fundamental, pois traz proveitos para todos.

**Coojornal — Dentro desta linha, a integração também só pode trazer benefícios?**

Walmor Franke — Evidente, a integração entre cooperativas deve existir e só conta a favor. A própria Carta de Gramado, que considero um documento muito importante, bem elaborado, lembra que o cooperativismo se desenvolveu e cresceu de significação graças à união de esforços, entre outros fatores. Ainda há muito o que realizar em todas as áreas do cooperativismo, e aí a integração é necessária.

**Coojornal — Mas as cooperativas de produção alegam que a integração com as cooperativas de consumo é muito difícil. O senhor concorda com isto?**

Walmor Franke — A questão que se coloca neste caso é a do preço do produto, que pode não ser conveniente para uma cooperativa

de consumo. Eu tenho um trabalho publicado a respeito, cujo título é "O justo preço nas cooperativas de produção", onde em parte está colocado este problema. É certo que pode haver problemas na integração entre cooperativas de produção e cooperativas de consumo, mas isto não é impossível. O que se precisa é encontrar um denominador comum, que atenda aos interesses de ambos os setores. Mas, para que se chegue a este denominador, deve haver um contato maior, uma integração maior.

**Coojornal — A respeito de cooperativas de consumo, o senhor acha que elas têm razão em pedir isenção de ICM nas operações com seus associados? Elas alegam que a isenção existe, basta aplicar a Lei 5764.**

Walmor Franke — Veja bem, a Lei 5764 estabelece as normas gerais que regem o cooperativismo no Brasil. Portanto, não desce a minúcias, e assim não cogitou dos aspectos tributários, que já é um caso especial. Então, neste caso do ICM, só uma lei complementar é que pode ou não isentar. Já há algum tempo esta matéria está em discussão no Supremo Tribunal Federal, e lá as opiniões estão praticamente equilibradas: há ministros que entendem que existe esta isenção de imposto, enquanto outros são contra. É um assunto que já se arrasta há muito tempo, mas parece que ainda este ano o Supremo deve dar uma decisão.

**Coojornal — O senhor vê contradições intransponíveis entre**



"Há muito o que realizar em todas as áreas do cooperativismo"

**capitalismo e cooperativismo?**

Walmor Franke — Há duas fortes correntes sobre isto. A primeira é liderada por Charles Gide, que defende a idéia da república cooperativa. Outra é liderada por Fouquet, que entende que o cooperativismo é apenas um setor da moderna economia ocidental. Ele defende que o cooperativismo pode se desenvolver perfeitamente sem aspirar à formação de uma república cooperativa. E aí há também a opinião do alemão Reinhart, que também entende que o cooperativismo não é um setor marginal, mas age dentro da economia ocidental como qualquer outra empresa em suas relações com estas empresas. A nossa lei, aqui no Brasil, prevê que a cooperativa pode também realizar operações com terceiros. E aí, neste relacionamento com terceiros, vai agir dentro do sistema capitalista. A cooperativa é uma sociedade como qualquer outra.

**Coojornal — O que o senhor pensa da República Cooperativa da Guiana, vizinho do Brasil no norte?**

Walmor Franke — Não se pode

ter uma opinião muito clara. Em primeiro lugar, já faz quase 10 anos que me afastei do cooperativismo na prática. Depois, as informações que nos chegam aqui, através dos jornais, são muito sucintas.

**Coojornal — Aqui, no Brasil, há setores do cooperativismo que se queixam da falta de apoio oficial. Há até acusações de que as cooperativas de produção são muito mais beneficiadas que qualquer outra...**

Walmor Franke — Como eu já disse, estou um pouco afastado do cooperativismo hoje, mas não entendo isto. Acho que está certo o Governo apoiar bastante um setor em que tenha interesse, como a cooperativa de produção, que atua no meio agrícola. Se outros setores se ressentem de apoio, é preciso encontrar meios de se aperfeiçoar isto. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, por exemplo, deve ter recursos para apoiar todos os setores. Se isto não acontece, isto é, se o banco não tem recursos, as cooperativas devem criar as condições para fortalecer o banco. E assim em todos os outros setores.

## 75 ANOS DE COOPERATIVISMO: É UM BOM COMEÇO.

A história do cooperativismo no Brasil está com 75 anos.

Para quem não é cooperativista e nos vê resumindo assim estas sete décadas e meia de história, parece que não há nada para contar.

Parece que os pioneiros alemães não vieram com a idéia na cabeça e uma calejada experiência nas mãos;

Parece que não houve anos e anos de divulgação por onde houvesse uma nesga de terra para plantar ou criar, e gente com fé na união;

Parece que a implantação foi fácil e que logo trouxe os frutos naturais de uma filosofia em favor do bem comum;

Parece que o cooperativismo foi crescendo e crescendo sem nenhuma

falha;

Parece que não faltou apoio ou compreensão aos primeiros idealistas e ao seu trabalho de estruturar as bases do sistema em nosso país;

Parece que não aconteceram as crises e que não nos serviram de lição;

Parece que o cooperativismo não evoluiu e que não trouxe contribuição alguma ao povo brasileiro e à Nação;

Parece também que o passado foi esquecido, que o presente não nos entusiasma e que o futuro não nos preocupa;

Parece ainda que já está tudo feito e que já conseguimos o desejado: melhores condições de vida para todos os que dependem do cooperativismo;

Parece, enfim, que estes

75 anos de história só dizem respeito exclusivamente aos associados de entidades cooperativistas e a mais ninguém;

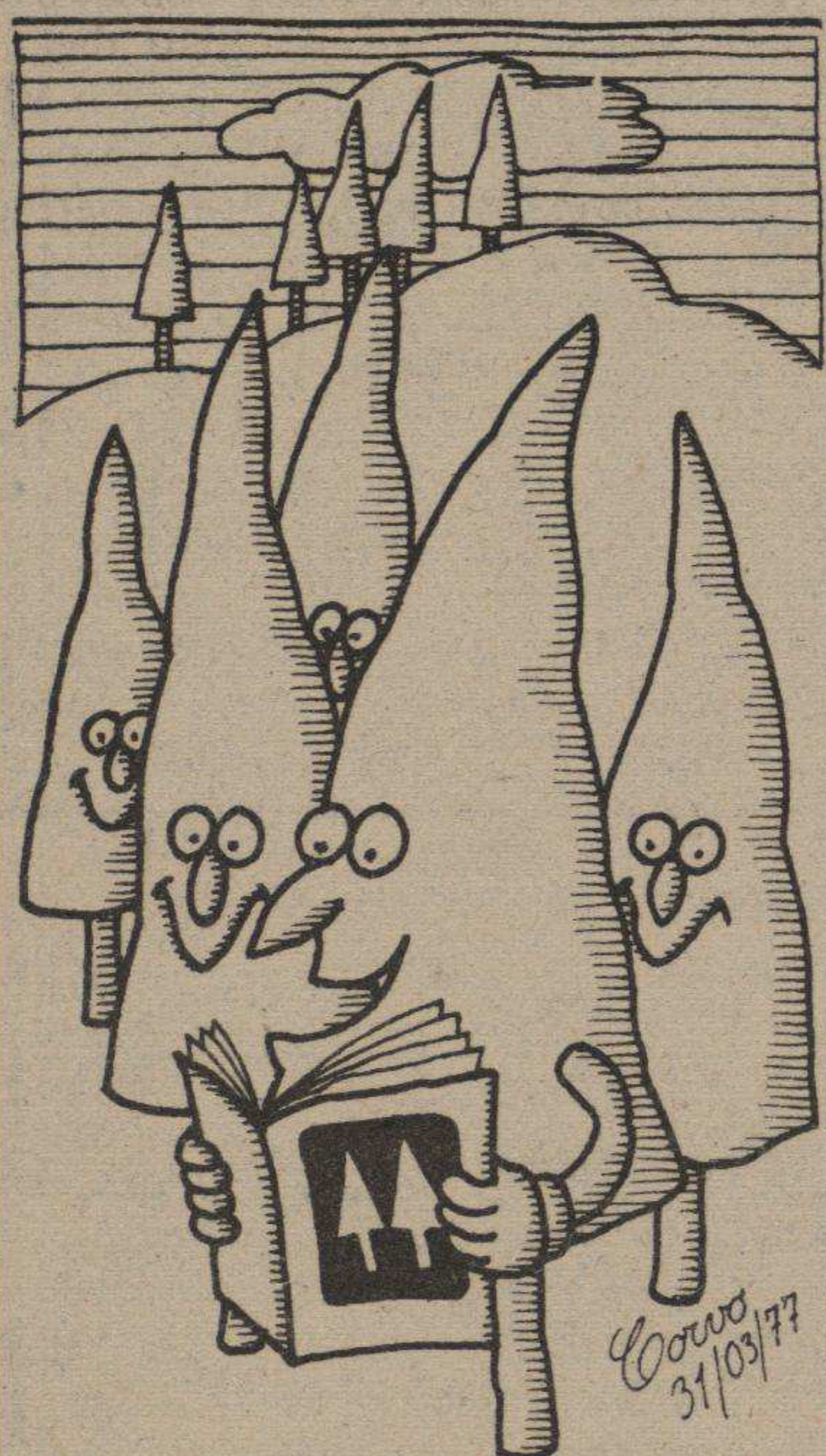
Mas só parece.

Porque, para nós que somos e vivemos o cooperativismo, a sua história, com todas as suas conquistas e todos os seus problemas, está recém começando.

E a Cotrijui se orgulha de fazer parte dela. Nas safras e nas entressafras da nossa realidade.



## Cem mil em prêmios



Como parte integrante do VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, a Organização das Cooperativas Brasileiras programou a entrega dos prêmios do I Concurso de Livros e Monografias sobre Temas de Cooperativismo.

As inscrições para este concurso, que oferece um total de Cr\$ 100 mil em prêmios, encerram no dia 30 de abril. Os trabalhos deverão ser inéditos, apresentados em quatro vias, papel ofício, com o mínimo de 100 folhas (todas numeradas). Cada via deve ser colocada numa pasta individual em que conste o título da obra e o pseudônimo do autor.

Os interessados em participar deste concurso poderão obter todas as informações, o regulamento geral e a ficha de inscrição, na Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Rua Uruguai, 240 — conjunto 1.101) ou na Organização das Cooperativas Brasileiras (Setor Comercial Sul, Edifício Barcat, sala 1.202 — Brasília, DF).

# 'Estamos no começo da luta'

O presidente do Incra, Lourenço Tavares Vieira da Silva, participou da sessão solene de instalação do IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo. Fez um discurso em que procurou ressaltar a importância do cooperativismo como sistema econômico e social e o destaque do cooperativismo gaúcho no cenário nacional. Abaixo, os principais tópicos de seu pronunciamento:

Nós bem sabemos que o cooperativismo é hoje um subsistema econômico dos que mais evoluem, dos que mais conseguiram se desenvolver, graças aos processos de administração, de organização, de operação, no sentido de uma modernização, que passaram a gerir o sistema cooperativista brasileiro.

Hoje, o que nós vemos no Rio Grande do Sul é exatamente o retrato vivo das modernizações do

cooperativismo gaúcho, que entendeu que precisava, como cooperativismo brasileiro, de ter práticas operacionais, de ter técnicas de administração, de ter estruturas organizacionais mais adaptadas para que se pudesse entrar num sistema competitivo.

## A luta comum

Cooperativismo quer dizer, sobretudo, construir. O cooperativismo está disposto a oferecer a todos aqueles que por ele se interessarem, àqueles que dele participam, uma lição de cooperação, um trabalho conjunto para que todos nós possamos, como disse o presidente da Ocergs, Seno Dreyer, ajudar a vencer o desafio nada retórico da fome que assola o mundo, fome essa que tem levado intransigentemente a milhões de lares e o desassossego a muitos países.

Este ano, graças à conscientização da classe rural brasileira,

na qual o cooperativismo tem um papel fundamental, nós podemos galgar um invejável lugar de segundo exportador de produtos agrícolas.

(...) E queremos dizer que a luta não está terminada, mas está a exigir de cada um de nós, de todos aqueles que nela se integraram, que por ela se interessam e que dela participam, uma maior soma de esforços, para que a grande batalha da produção, para que a grande batalha do desenvolvimento rural brasileiro possa ser vencida, e vencida através de instrumentos democráticos como o cooperativismo.

## O sistema

O cooperativismo representa o

campo econômico integrado ao social, o social orientando o sentido do econômico, o econômico revertendo em favor do social. Pois é através do cooperativismo que nós podemos ter uma participação ativa de todos aqueles que participam, de todos aqueles que se integraram no sistema, pois ele faz reversão dos frutos do trabalho a todos os que participaram daquele trabalho. É um sistema democrático e que propicia uma verdadeira participação, a maior ou menor participação de cada um dentro do trabalho cooperado.

## Contra os intermediários

Muitas vezes, todos os benefícios e vantagens que o governo procura colocar a favor do produtor

e a favor do consumidor são absorvidos, não pelo produtor nem pelo consumidor, mas através de uma intermediação nociva e desnecessária.

A intermediação deve existir apenas dentro de determinados limites, dentro de determinados parâmetros que não venham causar danos ao produtor e sobretudo também ao consumidor final daquele produto. E no cooperativismo nós encontramos uma das formas de compatibilizar esses interesses.

## Distorções de lado

(...) Todos os homens de boa vontade estão empenhados, num sentido de desenvolvimento harmônico de cooperativismo, num sentido de desenvolvimento integral do cooperativismo, numa luta que está a exigir uma participação de todos. É uma luta em que, sabemos, podem surgir discordâncias, mas se distorções surgem, sempre há os remédios para essas distorções e elas são muito poucas em relação a outros sistemas.

Onde nós notamos distorções, e todas as vezes que elas forem notadas, sabemos que os primeiros a pedir a correção são os próprios cooperativistas. E dentro do próprio Rio Grande do Sul nós já tivemos a oportunidade de fazer intervenções de cooperativas, e essas intervenções foram solicitadas exatamente pelos cooperativados. Isto mostra a conscientização e o grau de evolução a que chegou o cooperativismo aqui neste estado.



# Muitas dificuldades pela frente

Eugênio Giovenardi, técnico do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, veio de Brasília para participar do Seminário Gaúcho de Cooperativismo. Participou de uma das comissões que examinaram as proposições levadas ao encontro e da comissão que elaborou o documento final, a Carta Cooperativista de Gramado. Ele falou ao repórter Ricardo Schmit sobre a pretendida integração entre cooperativas de produção e de consumo.

**Coojornal — Que formas as cooperativas de produção poderiam buscar para se integrar às cooperativas de consumo?**

**Giovenardi —** Trata-se de estabelecer uma sistemática operacional por parte das cooperativas de produção. A integração se faria na base de uma produção dirigida de produtos que as cooperativas necessitam para distribuição ao consumidor. Aí veremos que existem hoje poucos produtos que poderiam ser canalizados diretamente das cooperativas de produção para as de consumo. O que nos falta, na realidade, é uma integração vertical econômica, desde a produção rural de produtos primários até uma vasta gama de industrialização de produtos que poderiam ser distribuídos ao consumo.

**Coojornal — A integração está ainda muito longe, então?**

**Giovenardi —** É, as cooperativas ainda não estão desenvolvidas para isto. Por exemplo: toda linha de cozinha diária do brasileiro é preparada normalmente fora do esquema cooperativo, é feita pela indústria não coope-

rativada. À medida que estes produtos primários produzidos pelas cooperativas pudessem ser industrializados, daí se poderia pensar num esquema mais largo, já entrando então numa economia de escala, unindo produção e consumo, transferindo estes produtos às cooperativas de consumo para distribuição direta ao consumidor, sem intermediários.

**Coojornal — E as cooperativas de consumo estão preparadas para isto?**

**Giovenardi —** Acontece que as nossas cooperativas de consumo são fechadas. Elas deveriam se transformar, antes de mais nada, em cooperativas populares, atingindo uma clientela bem ampla.

**Coojornal — No momento, então, a integração é inviável?**

**Giovenardi —** É, o sistema está bloqueado por uma certa imaturidade do próprio sistema, imaturidade no sentido em que nós não crescemos homoganeamente, simultaneamente, nos diferentes setores.

**Coojornal — Como se estimularia as cooperativas de consumo populares nos centros urbanos?**

**Giovenardi —** É um assunto bastante temerário se não levarmos em consideração as grandes redes de supermercados. Mas eu ainda acredito que estas grandes redes não são suficientemente grandes, ou suficientemente eficientes para não permitir a constituição de cooperativas populares de consumo. O problema é que há hoje poucos teóricos, muito poucas inteligências voltadas a esse setor do cooperativismo. Mas eu ainda

acredito que haveria larga faixa de clientela capaz de suportar uma estrutura de distribuição mais eficiente que a dos próprios grandes supermercados.

**Coojornal — O senhor afirma isto com muita segurança. Por quê?**

**Giovenardi —** Ora, conhecemos exemplos, como o da Venezuela. Lá, grandes redes de supermercados, ligadas a empresas com agências em vários países, estão, pela sua ineficiência, dando lugar a um sistema de cooperativismo integrado. Há exemplos da Suécia. E no Caribe hoje se vê surgir cooperativas de consumo, integradas, onde nem só o consumidor urbano, como também o produtor rural, os próprios funcionários da cooperativa fazem parte de uma única cooperativa. Ainda na Venezuela, lá também estão partindo para uma única e só cooperativa, congregando produtores e consumidores.

**Coojornal — Teremos condições de chegar a este estágio?**

**Giovenardi —** Eu vejo sérios entraves para se chegar a este tipo de integração cooperativista, vertical e horizontal, numa única denominação de Cooperativa Brasileira de Consumidores. O espírito do desenvolvimento do nosso cooperativismo por si só já é um entrave. As cooperativas se especializam — seja na produção de leite, soja, mandioca — e se afunilam na sua própria especialização. Tanto que neste congresso aqui em Gramado vi altos próceres do cooperativismo do trigo que não conheciam os altos próceres do cooperativismo da carne.

## Primeiras respostas em abril

Que mudanças as cooperativas estão provocando no meio rural brasileiro? Qual a situação real do cooperativismo? Estas e muitas outras perguntas, para as quais não há resposta concreta por absoluta falta de levantamentos e estatísticas no setor, estarão respondidas num relatório a ser entregue ao Ministério da Agricultura em abril.

É um trabalho feito sob encomenda do governo por uma empresa privada de planejamento e pesquisa, a Planave. Desde agosto do ano passado, essa empresa pesquisa em todas as cooperativas, buscando dados sócio-econômicos para avaliar as condições e a influência do cooperativismo no país. O custo desse trabalho: 14 milhões de cruzeiros.

## Nove milhões de toneladas de grãos este ano

A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul estima em 12 milhões de toneladas a produção de grãos (soja, arroz, trigo, milho, etc.) no estado este ano. Desse total, pelo menos 9 milhões de toneladas serão produzidas por agricultores ligados a cooperativas, às quais estão ligados 2/3 dos proprietários rurais gaúchos.

Considerando-se que só a soja fará entrar na economia do Rio Grande do Sul um valor em torno de 20 bilhões de cruzeiros, é possível ter uma idéia da força das cooperativas agrícolas no estado. Elas respondem por 80% da safra de soja gaúcha.

cooJORNAL®

COOPERATIVISMO

Este é o segundo Caderno Especial sobre Cooperativismo editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

Tiragem: 45 mil exemplares

Circulação: entre dirigentes e associados de cooperativas e como encarte especial dos jornais Coojornal e Cotrijornal.

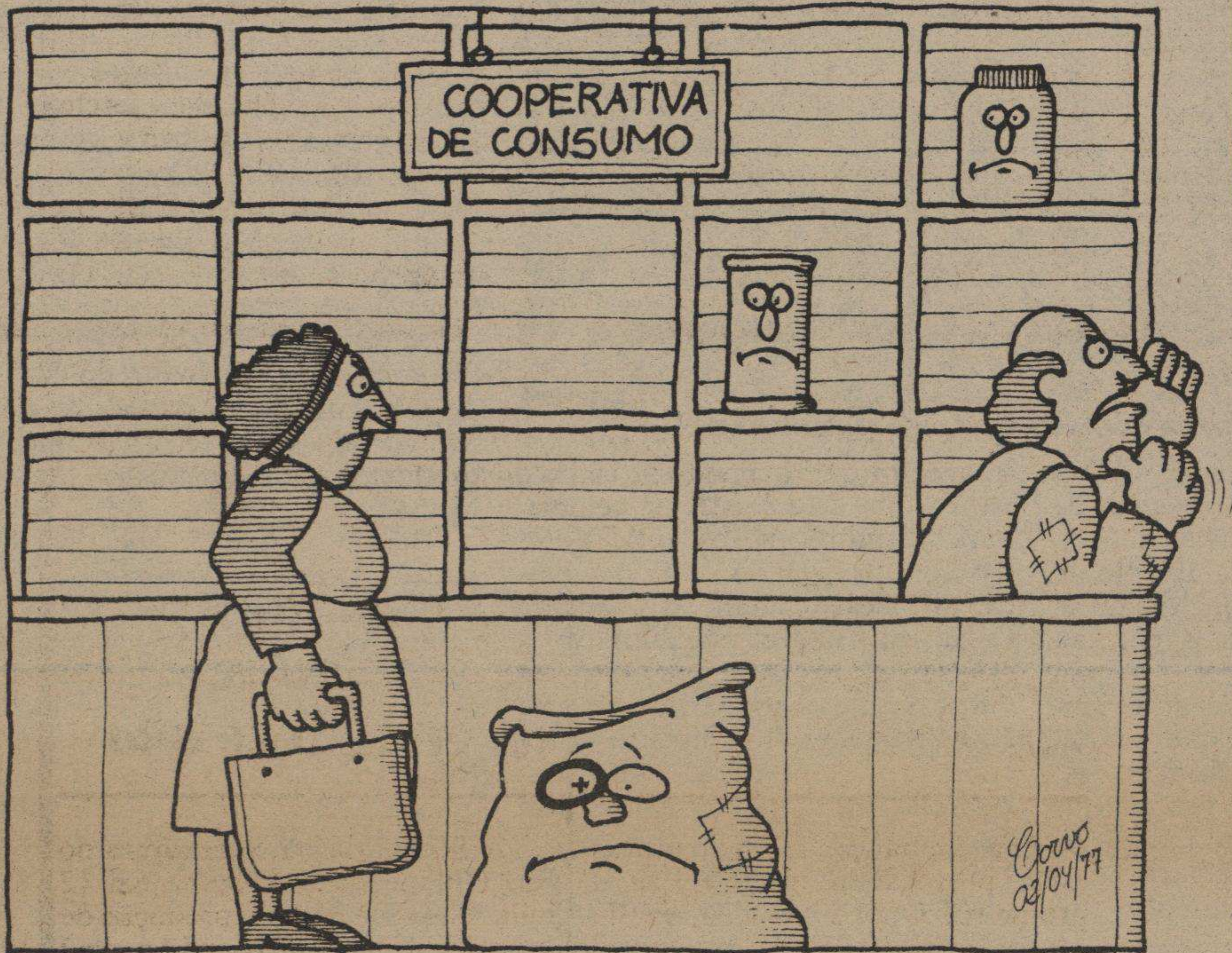
Pedidos de exemplares avulsos podem ser feitos para a Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372, fone 21-8984, Porto Alegre, 90.000, RS.

# Como evitar conflitos

Sem crédito oficial, sofrendo uma forte concorrência dos grandes supermercados e sem apoio das cooperativas de produção, as cooperativas de consumo compõem o setor mais fraco do cooperativismo. Por isto mesmo são as mais interessadas numa integração vertical das cooperativas (união de setores diferentes) que começou a ganhar muitos adeptos a partir do ano passado.

Mas esta integração é difícil e tem muitos obstáculos pela frente — a começar por um certo distanciamento das cooperativas de produção, que alegam não estarem preparadas (isto é, não têm produtos suficientes) para uma operação em comum.

Nesta página estão duas entrevistas que mostram os dois lados da questão. De um lado, as dificuldades do cooperativismo de consumo, segundo o presidente da Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Volkswagen. De outro, os interesses das cooperativas de produção, na posição do presidente da Cooperativa Tríticola Serrana Ijuí Ltda.



## O lado pobre do consumo pede mais atenção dos fortes

Capital de Cr\$ 16 milhões, 32 mil associados e 400 empregados. Esta é a situação da Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Volkswagen, de São Paulo, a maior do gênero no país. Uma cooperativa que, para competir com as grandes redes de supermercados, é obrigada a fazer todo tipo de malabarismo com os preços das mercadorias que vende.

Malabarismos como estes: os artigos de mercado propriamente dito, como arroz, leite, açúcar, são vendidos a preço de custo, sem um centavo de lucro. Em compensação, os artigos de loja (geladeira, fogão, televisão) sofrem uma marcação de cerca de 25% (enquanto as lojas comerciais comuns aumentam em média 60%).

Assim, com lucros quase insignificantes, a cooperativa de consumo consegue manter uma boa situação econômica. No ano passado, a seção de mercado apresentou um prejuízo de Cr\$ 2 milhões e 400 mil. Por outro lado, as vendas da loja apresentaram um superávit de Cr\$ 2 milhões e 600 mil.

Os dados foram apresentados aos congressistas em Gramado pelo presidente da cooperativa de consumo da Volks, Evaldo Borges Ourigues, que conseguiu manter o plenário calado durante mais de uma hora, enquanto falava das dificuldades deste setor do cooperativismo.

Evaldo acusou os supermercados de usarem de expedientes que abalam as vendas do setor. Vendem, por exemplo, produtos como o arroz abaixo do preço de custo, para atrair as donas-de-casa. Fazem isso porque conseguem lucros bem maiores em outras mercadorias, principalmente na parte de loja. Daí a afirmação de Evaldo:

— Há necessidade de um cooperativismo entre as cooperativas também. Está faltando uma integração entre as cooperativas de consumo e as de produção. Somos os primos pobres do cooperativismo.

O presidente da cooperativa paulista entende que os cooperativistas têm que se conscientizar de que o cooperativismo é muito mais uma ideologia política do que simples necessidades de preços menores. O ponto crítico é o fato de que se as cooperativas de consumo não conseguirem preços menores do que os supermercados, elas desaparecerão.

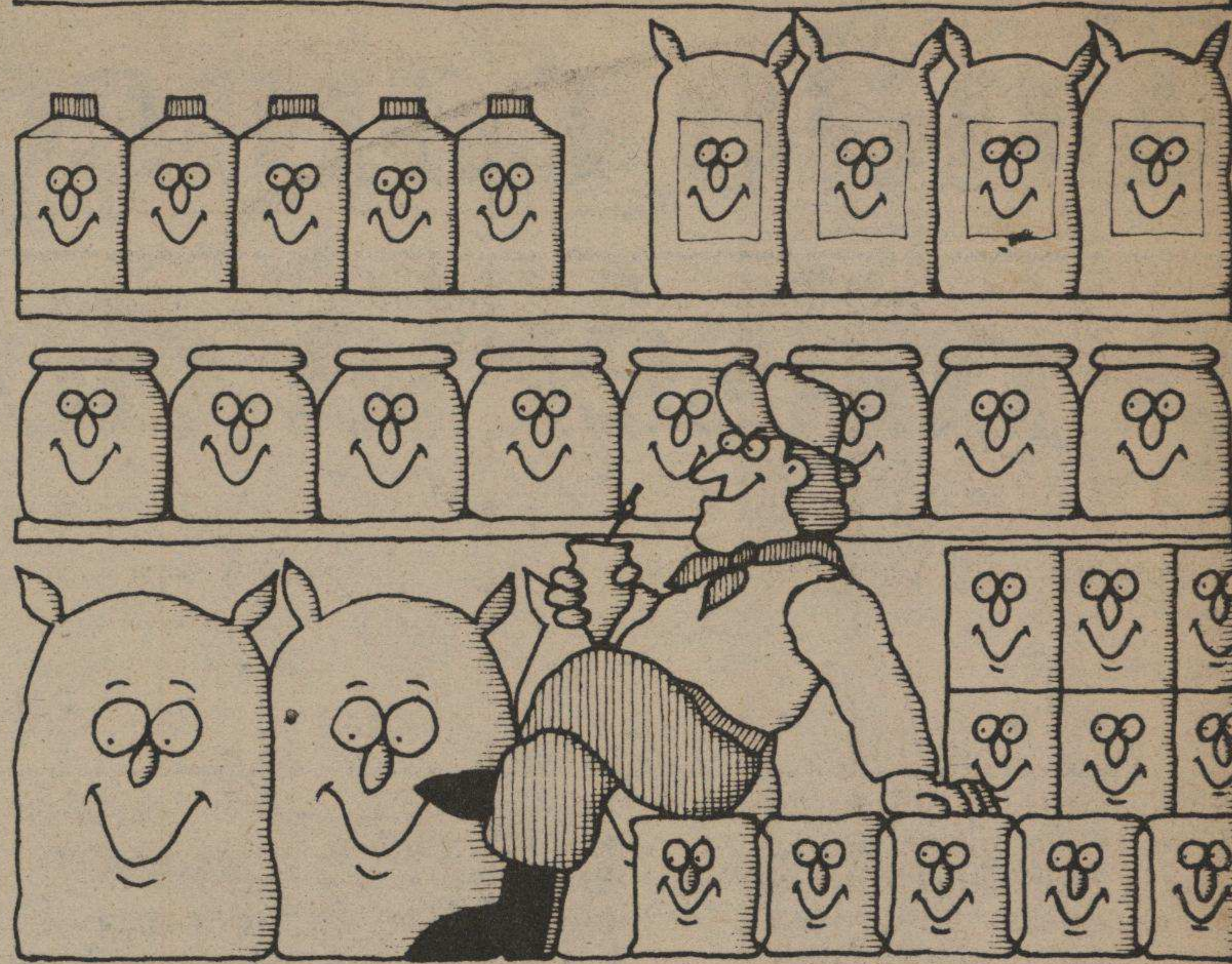
Uma solução seria o estabelecimento de centrais de compra, para "empatarmos com o grande potencial de compra dos supermercados". Se a cooperativa de consumo fosse tão grande como a de produção, diz Evaldo, "os preços seriam menores, porque só uma cooperativa é capaz de impedir ou

limitar os lucros desmesurados do comércio".

— Lá em São Paulo também existem pressões. Se as cooperativas de produção recebem pressões do comércio, imaginem nós, que somos menores. Lá o supermercado pressiona a indústria, dizendo que só compra os produtos se a indústria não vender para a cooperativa de consumo.

Evaldo Ourigues concluiu sua palestra com apelos quase patéticos: "Se temos interesse em difundir a filosofia cooperativista, temos de unir também as de produção com as de consumo. É tempo de nós cooperativistas largarmos as palavras bonitas e irmos aos fatos. Filosofia é bonito, mas não enche barriga. Não estamos a pedir paternalismo, estamos em um dilema de sobrevivência. É incrível, mas até agora não fizemos nenhum negócio de porte com cooperativas".

"Como poderia ser solucionado este problema?", perguntou alguém no plenário. A resposta veio em tom de acusação: "Isso tem que ser respondido pelas próprias cooperativas de produção. Afinal, com que finalidade existe a cooperativa de produção? Não é evitar que o produtor rural seja prejudicado? Ela buscou a frente e só olhou para trás. Jamais teve a preocupação final social".



## É preciso unir interesses diversos

A integração do sistema se resume numa questão de haver interesse entre as partes que compõem este processo de integração. E o interesse para comerciar com cooperativas de consumo ainda é muito pequeno.

Assim pensa Rubem Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí, a maior cooperativa de produtores do Rio Grande do Sul. Ele acha que o cooperativismo de consumo no estado ainda é pouco significativo, e as próprias cooperativas de produção têm hoje muito pouco a oferecer.

De qualquer forma, diz que as de produção estão interessadas em formar uma estrutura de operação em comum, mas com algumas condições básicas: "Eu só vou entregar produtos pra cooperativa de consumo se for pelos preços de mercado. Vou entregar se ela me pagar exatamente o que o supermercado da esquina paga. Se o supermercado da esquina pagar mais pra mim, eu vou vender pra ele".

Seria esta uma forma de comércio pouco cooperativista? Ilgenfritz diz colocar as coisas em termos práticos. A negociação pode ir mais além, desde que "a cooperativa de consumo esteja disposta a ratear o prejuízo que eu tiver nas operações

de mercado. Aí eu faço preço em aberto e fecho no final do exercício. Mas isto é uma etapa do processo, um dia vamos chegar lá".

"Nós precisamos encontrar uma fórmula econômica dentro do sistema em que estamos", disse o presidente da Cotrijuí ao Coojornal. "E nós estamos num sistema de lucro. Como é que eu justifico ter prejuízos numa operação simplesmente porque se trata de uma cooperativa de consumo?"

Tais posições não significam que a integração cooperativista é inviável, lembra Ilgenfritz. E destaca os convênios que sua cooperativa tem com uma cooperativa médica e outra de transportes. Para os lados das de consumo, no entanto, a pretendida integração depende de fatores como a diversificação de produção.

Agora, com a incorporação de uma cooperativa de Dom Pedrito (município localizado a 500 quilômetros de Ijuí), a Cotrijuí pretende montar uma estrutura de marketing com arroz, óleo de soja, carne e "eventualmente feijão", pois este depende de melhorias na comercialização. "Aí então eu posso ter outro tipo de conversa com a cooperativa da Volkswagen", conclui Ilgenfritz.

### Isenção do ICM, uma luta para recuperar o setor

A recuperação das cooperativas de consumo é uma das principais preocupações do Conselho Nacional de Cooperativismo, segundo informou Benedito Miranda, secretário executivo do CNC e coordenador do Inkra. E um dos pontos a serem atacados para que esse setor do cooperativismo brasileiro recobre sua antiga força é a cobrança do ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) a que as cooperativas estão sujeitas desde 1967.

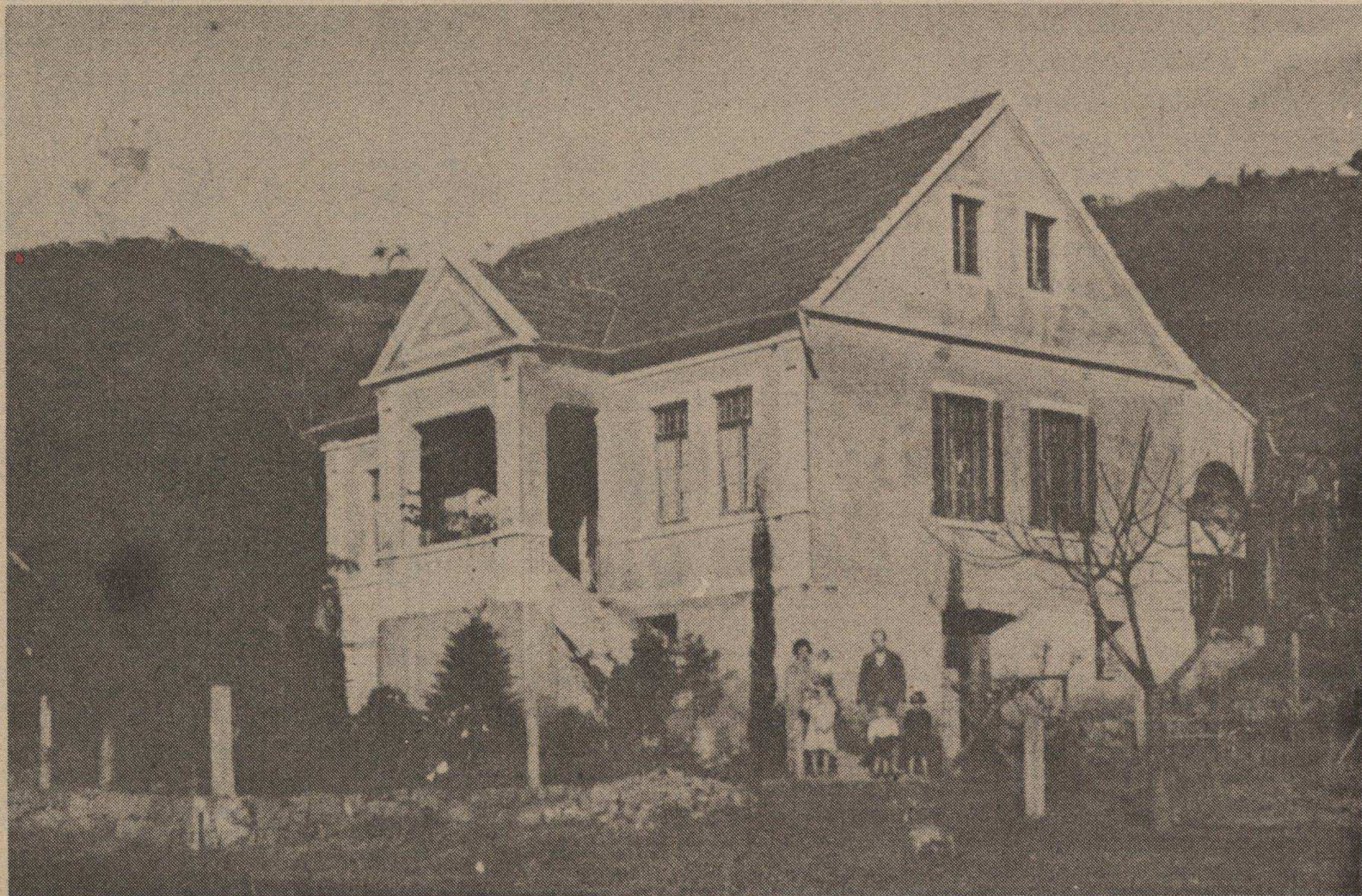
Nesses dez anos, as cooperativas de consumo nunca deixaram de lutar contra a cobrança desse imposto, a que atribuem boa parte de seus males. Benedito Miranda diz que o CNC também está nesta luta e pretende empenhar-se numa cerrada campanha junto ao Ministério da Fazenda e às secretarias das Fazendas dos estados para obter pelo menos uma isenção parcial do imposto. "Nós estamos lutando", disse ele, "mas ainda não conseguimos nada porque estão em julgamento no Superior

Tribunal Federal recursos impetrados pelos estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais, contra as cooperativas que não recolheram o imposto. Estamos esperando que essa questão seja decidida para fazermos uma campanha geral. Creio que se não conseguirmos isenção total, pelo menos uma parte será possível".

Em 1967, como forma de aumentar sua arrecadação, o governo ampliou a cobrança do ICM também às cooperativas, antes isentas. Foi o grande golpe que em cinco anos reduziu à metade as cooperativas de consumo. Apesar de considerarem injusta a cobrança porque, segundo a doutrina, dentro de uma cooperativa não há transferência de propriedade que justifique o ICM, os dirigentes até agora não encontraram força para mudar a posição do governo. Ao CNC cabe definir o que é ato cooperativo, definição essencial para que se estabeleça se as cooperativas devem ou não pagar imposto.

# Tudo começou aqui, com a miséria dos colonos

*Analfabetos e sem falar o português, os imigrantes alemães viviam num ambiente de angústia e miséria”, praticamente isolados do resto do país. O padre Theodor Amstad, então, concebeu a fundação de uma cooperativa como forma de garantir a sobrevivência dos colonos. Em 1902, surgiu a Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, a primeira do Brasil*



Em 1933, já próspera, a Cooperativa de Nova Petrópolis mudou-se para esta casa, sua segunda sede

Um levantamento feito em 1967 revelou que os habitantes da zona rural de Nova Petrópolis, município gaúcho de 14 mil habitantes, tinham um nível de renda dos mais baixos do Brasil. Situados numa região muito acidentada, imprópria para a agricultura, com terras pequenas demais (em média 8 hectares), eles viviam num regime de subsistência, à base de trocas. O dinheiro que circulava entre eles, não dava mais do que um salário mínimo para cada um por ano.

No ano passado, um levantamento semelhante mostrou a mudança que a região sofreu em dez anos: a renda per capita alcançou os mil dólares anuais (cerca de 13 mil cruzeiros), das 2.200 propriedades do município, apenas 100 não têm luz elétrica e em 1700 delas já se encontram alguns sinais, mais claros do conforto urbano como geladeiras, televisores e outros. Nova Petrópolis é o maior centro de avicultura do estado; o

terceiro produtor de aves do país e um respeitável produtor de leite.

Estes fatos têm sido lembrados com muito orgulho este ano pois o principal responsável por toda a transformação é uma cooperativa, a Agropecuária de Nova Petrópolis, e Nova Petrópolis é o berço do cooperativismo brasileiro, que este ano comemora 75 anos.

Foi ali que em 1902, o padre Theodor Amstad fundou a Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, a primeira do Brasil e da América do Sul. Ainda hoje o gerente da cooperativa, Werno Neumann, guarda como um tesouro o livro, com letras góticas e em alemão, no qual o padre Amstad escreveu à mão a primeira ata, assinada pelos 19 fundadores.

Chamava-se, então, Caixa de Economia e Empréstimo e seguia o modelo difundido na Alemanha, por F. Raiffeisen, por volta de 1847. Nascido na Suíça (e mais tarde naturalizado brasileiro), o padre

Amstad chegou ao país em 1885 e começou a trabalhar nas regiões de colonização alemã, onde encontrou o que chamou de “o ambiente de angústia e miséria em que viviam os imigrantes”. Analfabetos em sua maior parte e sem saber o idioma português aqui falado, cedo os imigrantes descobririam que teriam que enfrentar muitas dificuldades. As grandes distâncias dos centros dificultava, por exemplo, o abastecimento e as trocas comerciais e criava-se um isolamento dos colonos.

Acostumado a encontrar colonos com as carroças atulhadas de produtos agrícolas que seriam trocados nas casas comerciais por caros produtos manufaturados e mercadorias em volumes insignificantes, o padre Amstad classificava a vida dos imigrantes como “uma nova forma de escravidão”. E foi com a intenção de mudar esta situação que resolveu dedicar-se à criação de uma caixa de depósito

financeiro que funcionasse como o banco, que não existia na colônia, para permitir que os agricultores tivessem, sobretudo, uma poupança. Ao mesmo tempo, a chamada Caixa do Padre possibilitaria a criação de um capital para fornecer empréstimos aos colonos que necessitassem de dinheiro para comprar sementes, material agrícola ou mesmo para fazer casas.

Conforme os estatutos da entidade, os empréstimos podiam ser concedidos em 80 por cento para a agricultura e 20 por cento para crédito pessoal. E foi o agricultor Philipp Kikow quem primeiro fez uso do empréstimo da Caixa do Padre no dia 15 de março de 1903, quando retirou 300 mil réis para investir na agricultura. Um mês antes, haviam sido depositados os três primeiros depósitos da Caixa somando 450 mil réis. E em maio do mesmo ano o dinheiro movimentado pela Caixa (2 contos, 125

mil e 900 réis) de acordo com a primeira revisão da direção mostrava que a iniciativa tivera sucesso. Não foi esta perspectiva que guiou os colonos quando pela primeira vez, em outubro de 1902, o pároco de Linha Imperial (distrito de Nova Petrópolis) lançou a idéia da criação da cooperativa.

Pois no segundo encontro, marcado para o dia 9 de novembro, a frequência foi tão reduzida que o padre teve um desânimo. Os colonos encontraram desculpa para a ausência nas fortes chuvas que haviam caído no dia anterior. A terceira reunião também não aconteceu pois na data marcada, dia 19 de novembro, o próprio padre teve que presidir as cerimônias fúnebres da esposa do médico do distrito. Enfim, no dia 23 de novembro de 1902, ocorreria a reunião em que ficou determinada a criação da cooperativa que oficialmente só entraria em funcionamento no dia 15 de fevereiro de 1903 com os primeiros depósitos. O seu primeiro presidente era o colono Anton Maria Feix.

Bem sucedida, a iniciativa do padre Theodor espalhou-se rapidamente pelas colônias e em 1950 no estado já existiam 64 cooperativas. Exigência básica promovida pelo padre era a neutralidade religiosa e as cooperativas contribuíram também para a integração social já que delas participavam católicos e não católicos, o que na época representava um avanço contra os preconceitos. A primeira cooperativa (que se chamou Caixa de Economia e Empréstimo, Caixa Auxiliar do Sindicato Agrícola, Caixa Rural, Caixa Econômica Reiffaisen e Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis) também apressou o surgimento da primeira lei do cooperativismo, criada em 1907. O padre Theodoro Amstad prosseguiu suas obras até 7 de novembro de 1938 quando morreu e foi enterrado em São Leopoldo.

## “Estamos com os dias contados”

A Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis, a mais antiga do Brasil, a pioneira, chega aos 75 anos de vida numa situação difícil, segundo o seu presidente Edio Spier. “As leis que surgiram depois de 64 nos tiraram quaisquer condições de sobrevivência”, diz ele.

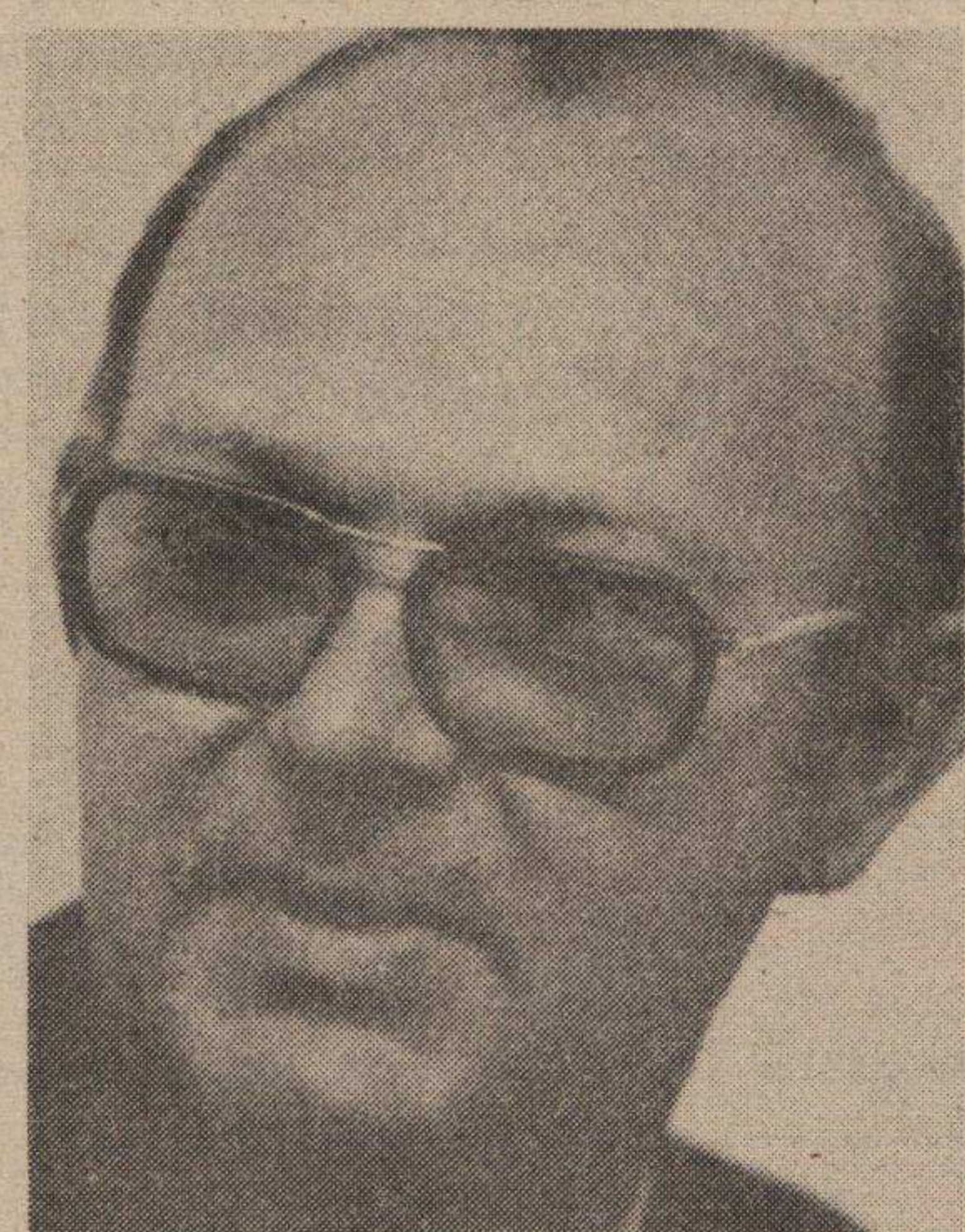
Uma cooperativa de crédito é um banco de financiamento: ela recolhe os depósitos dos associados e aplica-os para financiar a produção desses mesmos associados. A legislação atual, no entanto, limita tremendamente a sua atuação e as está asfixiando.

A lei não permite por exemplo, que elas recebam depósitos de não associados (se pudessem trabalhar com o comércio e a indústria teriam um volume maior de dinheiro para girar). Não podem também pagar juros aos depósitos, o que poderia ser uma forma de atração. Também estão proibidas de aplicar no mercado aberto, mesmo que tenham disponibilidade. A cooperativa de Nova Petrópolis, no fim do ano passado, tinha 2 bilhões em disponibilidade e teve que ficar com eles parados em caixa.

Além disso elas não conseguem obter recursos diretos do Banco Central ou do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, sendo obrigadas a pegar dinheiro do Banco do Brasil a 8% ao ano e assim mesmo com limite. E há um outro aspecto negativo na lei: ela não permite que a cooperativa conceda empréstimos pessoais ao seu associado em índice superior a 20% do total do crédito que ele obtém na cooperativa, o que limita a rentabilidade, pois enquanto o empréstimo para custeio da produção rural paga 13% de juro, o empréstimo pessoal paga 24%.

“Se a lei não mudar, estamos com os dias contados”, diz Spier. A lei a que ele se refere é a 4595, de 1964, que promoveu a reforma bancária e hoje rege a operação dos bancos e instituições de crédito. Spier acha que as cooperativas, por suas condições especiais, mereciam um tratamento diferenciado.

Com 3 mil associados e movimentando um total de 6 bilhões de cruzeiros no ano passado, a Cooperativa de Crédito de Nova



Spier: “Se a lei não mudar...”

Petrópolis é a maior do Brasil. O seu movimento financeiro é exatamente igual ao total do movimento das outras 21 cooperativas semelhantes do país.

“Veja só”, diz Spier, “no ano passado nosso movimento foi de 6 bilhões de cruzeiros e a nossa sobra líquida foi de 400 mil apenas. Des-

ses 400 mil, a metade é para remunerar o capital do associado e para outros encargos. Portanto, apenas 200 mil vão se incorporar ao capital de reserva. Ou seja: no ano passado financiamos 6 bilhões. Este ano temos para financiar 6,2 bilhões. Nossos recursos aumentaram 4% enquanto o preço dos insumos e os custos em geral subiram 46%. Isto significa que vamos financiar menos. Nesse ritmo em breve estaremos comendo as reservas e descapitalizados”.

A situação atual, segundo ele, propicia várias distorções que esvaziam a cooperativa. Por exemplo: como ela não pode pagar juros pelos depósitos, o agricultor pega a sua poupança e em vez de depositá-la na cooperativa, aplica numa caderneta de poupança. E quando precisa de dinheiro ele recorre à cooperativa porque o juro cobrado é baixo, 13%.

Segundo Spier, a atuação integrada da Cooperativa de Crédito com a Cooperativa Agrícola de Nova Petrópolis é que promoveu a grande transformação econômica

na região. “Somos co-responsáveis pela recuperação econômica do município”, diz ele.

Para ele o Banco do Brasil, em vez de ver nas cooperativas de crédito uma concorrente, devia apoiá-las como uma organização complementar na área do crédito agrícola, pois a cooperativa tem inclusive vantagens sobre o banco pois tem melhores condições de dar orientação técnica ao agricultor e aplicar com mais segurança.

Antes da reforma bancária posta em prática em 64, existiam no Brasil 60 cooperativas de crédito, a quase totalidade no Rio Grande do Sul e com uma central em Porto Alegre. Atualmente todas as 20 que restam estão agonizando. Na opinião de Edio Spier, a lei foi feita por banqueiros, para beneficiar exclusivamente os bancos, que viam nas cooperativas de crédito uma forte concorrência. “A lei foi elaborada por políticos e banqueiros”, diz ele. “Os políticos não entendem nada do assunto e os banqueiros trabalharam em proveito próprio”.



## Prioridade aos pequenos

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo foi muito criticado por dirigentes de cooperativas no seminário realizado em Gramado. Acusação principal: ele dispõe de muito poucos recursos para atender às necessidades do cooperativismo nacional. Isto deixou nervoso um dos diretores do banco, o gaúcho Tertuliano Boffil. Depois, em entrevista ao Coojornal, ele citou todos os planos do BNCC para 1977, para mostrar como a situação não é assim tão ruim.

A melhor notícia que o banco tem para as cooperativas é o volume de aplicações previsto para este ano. Em 75, o saldo de aplicação fora superior a Cr\$ 1,8 bilhões; em 76, subiu para mais de Cr\$ 2,8 bilhões e para 1977, um ano de grandes cortes na área do crédito, está prevista uma expansão da ordem de 50%.

É certo que este dinheiro ainda é pouco para as pretensões de muitas cooperativas, e é aí que o diretor Boffil faz questão de esclarecer o seguinte: o BNCC está

dando toda prioridade às cooperativas pequenas. "As cooperativas com grande volume de comercialização têm condições de recorrer a outros bancos oficiais. Então, nós estamos fazendo uma redução considerável nestes empréstimos para as grandes, para poder atender àquelas cooperativas menores, que têm menos possibilidade de barganha com os outros bancos particulares".

Segundo Boffil, a assistência vai mais longe ainda, pois "o BNCC tem um sistema de assistência direta a essas cooperativas menores, quer no nível de empréstimo, quer em nível de organização administrativa". Atualmente o banco está inclusive dando preferência a cooperativas de produtores de leite, porque há uma grande escassez de leite que obriga o país a importar o produto em pó. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a cooperativa de Carlos Barbosa receberá um financiamento de Cr\$ 8 milhões para construir uma usina de leite.

## Técnicos financiados

Segundo o Incra, 382 técnicos já foram contratados por cooperativas dentro do Plano Nacional de Assistência Técnica, o que leva a crer que a meta desse programa — 800 técnicos até 79 — deverá ser atingida. O Planate funciona da seguinte maneira: a cooperativa indica o tipo de técnico que necessita, o Incra dá o dinheiro para a sua contratação. Pode ser engenheiro-agrônomo, veterinário, administrador de empresa, contador etc., e o programa prevê a assistência por três anos. No primeiro ano o Incra paga 100% do salário do técnico, no segundo 75% e no terceiro 50%.

### Pronacoop sem cortes

A política de restrição ao crédito em todos os níveis e de cortes nas verbas de vários setores, posta em prática pelo governo federal no início deste ano, vai atingir o Programa Nacional de Cooperativismo, lançado no ano passado? Osvaldo Freire Júnior, coordenador do Pronacoop, informou que os recursos destinados ao programa já estão todos comprometidos e que provavelmente não serão atingidos por cortes.

Por enquanto o programa continua sendo desenvolvido normalmente, visando as mesmas metas

definidas quando do seu lançamento: criar 700 novas cooperativas singulares até 1979, 15 cooperativas de segundo grau, promover a educação cooperativista e prestar assistência técnica e administrativa visando desenvolver o sistema cooperativo. O Pronacoop tem uma verba de 600 milhões de cruzeiros para custear suas atividades até 1979.

### Cooperativismo no Nordeste

Consideradas boas as perspectivas para desenvolvimento do cooperativismo no Nordeste, uma das áreas em que o sistema mais poderia ser benéfico e onde até agora não encontrou forças para crescer. Segundo Raimundo Nonato Bezerra, do Departamento de Desenvolvimento Rural do Incra, há possibilidades promissoras nas áreas do algodão, sisal, pesca e cacau.

Na área do algodão, no Ceará, as cooperativas já controlam 20% da produção e no cacau já se firmam como grandes exportadores. No Sergipe, está em andamento uma cooperativa de agricultores sem terra. O governo adquire uma gleba, divide em pequenas propriedades e entrega a agricultores organizados em cooperativas que vão pagando com sua produção.

# Mais assistência, melhores informações

A criação de "comitês de compra" e de um centro de informações e a construção de um edifício já chamado de Palácio do Cooperativismo estão entre as principais metas da nova diretoria da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, eleita sábado, dia 19 de março.

O novo presidente, Seno Dreyer, (que ocupava a vice-presidência na gestão anterior), informou que o ponto básico a ser atacado com prioridade é a reestruturação administrativa da Ocergs. O objetivo é dar à entidade uma maior representatividade — função da qual a Ocergs ainda está distante, apesar de coordenar e representar 422 cooperativas gaúchas. Graças a este número de filiados, a entidade gaúcha contribui com 60% do total da arrecadação da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Além de procurar se capacitar para dar mais assistência técnica e orientação às associadas, a Ocergs colocou entre seus objetivos o de promover a integração entre todos os setores do cooperativismo. O primeiro passo para isso é a criação de comitês de compra em todos os níveis — as cooperativas de consumo, por exemplo, se unirão para fazer compras em comum com a conseqüente redução de preços.

Outro plano é a criação de um centro de informações para funcionar como uma espécie de bolsa de compras. Este centro armazenaria todas as informações sobre intenções de compra e venda por parte das cooperativas, formando-se uma espécie de quadro de oferta e procura. Esta bolsa de compras é uma idéia perseguida há tempos por muitas cooperativas e se for-

taleceu agora, quando as cooperativas brasileiras estão empenhadas numa campanha que visa a integração de todos os níveis do cooperativismo.

A construção do Palácio do Cooperativismo também é uma ambição perseguida já há algum tempo. Agora a Ocergs quer colocar em prática este projeto que prevê a construção de um edifício de cerca de 20 andares, que abrigaria as sedes da maioria das cooperativas que funcionam em Porto Alegre, além de ter salas especiais para representação das cooperativas do interior. Para isto vai-se buscar o apoio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que instalará sua sede no andar térreo do Palácio.

Como companheiros de Seno Dreyer na diretoria que deverá executar estes planos estão Rubem Ilgenfritz da Silva, eleito vice-presidente, e Frederico Gunnar Durr, secretário. Os demais conselheiros de administração são Hermes Silva Pinto, Cláudio Dario Lopes de Almeida, Reni Pedro Ely e Ely Luiz Liska. Os suplentes são João Eduardo Irion, Jatir Mezcasa, Orfelino José de Castro Barbachan e Severino Ferrari. O Conselho Fiscal passou a ser representado pelos cooperativistas Francisco de Assis Gazzaneo, Rene Vicente Vier e José Antônio Vieira da Cunha. Os suplentes são Werno Blásio Neumann, Arnaldo Silvestre Mallmann e Hugo Oliveira dos Santos.

## Modelo gaúcho para o Brasil

No ano passado, 29 grupos de dirigentes de cooperativas, num total de 474 pessoas, saíram de suas cidades para conhecer experiências mais adiantadas em outros estados. De acordo com dados do Pronacoop, o Rio Grande do Sul foi o estado que mereceu a preferência da maioria absoluta desses grupos de dirigentes. Do Ceará veio um grupo interessado em conhecer o trabalho feito pelas cooperativas de carne, de Minas vieram outros estudar a organização das cooperativas de grãos e de eletrificação rural. E assim por diante, numa demonstração de que o modelo de cooperativismo gaúcho já está sendo exportado para outras regiões.

Essas viagens de intercâmbio fazem parte do Programa Nacional de Cooperativismo e são organizadas a partir de um pedido que qualquer cooperativa pode fazer à comissão do Pronacoop em seu estado. Nesse pedido a cooperativa explica a experiência que pretende conhecer, a data e o número de pessoas. O programa se incumbem dos contatos e destina uma diária de 400 cruzeiros para cada integrante da comitiva. Este ano, já está acertada a vinda de suinocultores de Minas Gerais que desejam conhecer os projetos em implantação no Rio Grande do Sul, dentro do Programa Nacional de Suinocultura.

## AOS DIRIGENTES DE COOPERATIVAS

*A Coojornal é pioneira na solução especializada de problemas de comunicação e de imprensa para entidades cooperativistas.*

*Através da Coojornal, qualquer cooperativa, de trabalho ou de produção, tem uma assessoria completa na área de imprensa. Que começa desde o projeto de um jornal, boletim ou revista e vai até a execução final.*

*Isso inclui redação, edição, fotografia, arte, composição, fotolitagem e impressão. E a maior equipe de mão-de-obra do ramo: são mais de 300 profissionais associados, de todos os setores jornalísticos.*

*Em comunicação, nós acumulamos experiência: criamos e produzimos toda espécie de catálogos, folhetos técnicos, tabelas, cartazes e afins. Com a competência de um Departamento de Arte estruturado para atender às solicitações mais específicas.*

*Esta capacidade da Coojornal já tem dois anos e muitos clientes: a Fecotriga, o Sindicato dos*

*Bancários, o Instituto e o Sindicato dos Arquitetos, o Instituto Brasileiro de Planejamento, a Amrigs, a Cooceee, além de empresas privadas, os jornais do Inter e do Grêmio, e os nossos próprios jornais.*

*Ao todo, são vinte e duas publicações, milhares de exemplares e um estreito relacionamento com todas as entidades que prestamos serviços.*

*O que faz da Coojornal um nome seguro e eficiente para ser lembrado na hora de uma cooperativa editar um veículo que represente, informe, oriente e divulgue a sua filosofia e o seu trabalho junto aos seus associados. Ou quando necessitar de peças editoriais avulsas como anais, folhetos, etc.*

*Para informações, contatos e orçamentos a respeito dos nossos serviços, consulte o Departamento de Produção, pelo telefone 21.89.84. A Coojornal pode resolver os seus problemas porque também é uma cooperativa.*

# CARTA COOPERATIVISTA DE GRAMADO

*As cooperativas do Rio Grande do Sul, presentes ao IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo, ratificando pronunciamentos já emitidos por seus órgãos representativos de âmbito Estadual e Nacional, resolveram definir seu comportamento dentro dos itens que seguem:*

## 1 Filosofia e objetivos do sistema cooperativo

O Cooperativismo é um sistema empresarial de caráter privado e comunitário, ao qual grupos de pessoas, ligadas entre si por atividades econômicas ou profissionais comuns, se unem por livre adesão, com os fins de:

- a) adquirir bens ou mercadorias para uso próprio;
- b) prestar serviços para seus associados;
- c) produzir produtos primários ou manufaturados;
- d) comercializar e industrializar produtos de seus associados ou terceiros, dentro dos limites e na forma estabelecidos pelas normas em vigor.

Atingindo as finalidades acima apontadas, elimina-se a intermediação desnecessária, propiciando maior rentabilidade ao produtor e menor ônus ao consumidor.

Durante as últimas décadas, pôde o cooperativismo gaúcho, a despeito das dificuldades encontradas no campo da produção, da comercialização, da industrialização e dos recursos financeiros, acumular experiências, aperfeiçoar tecnologia e criar condições de desenvolvimento acelerado de suas organizações prestando significativos serviços à economia gaúcha e elevando o padrão de vida de milhares de famílias.

## 2 Significação do cooperativismo na economia gaúcha

As 422 cooperativas dos diversos tipos de atividades do RS congregam hoje cerca de 380.000 associados, representando uma população de dependência direta do sistema de, aproximadamente, 2.000.000 (dois milhões) de pessoas, o equivalente a 2/3 dos habitantes da zona rural sul-riograndense e significativo percentual de população urbana.

As responsabilidades decorrentes da magnitude desses números impõem o estabelecimento de estrutura e organização cada vez mais fortes, mais dinâmicas e mais eficientes do sistema cooperativo. E isto é possível graças à união de esforços, unanimidade de pensamento, racionalidade administrativa, competência gerencial e participação dos associados na vida das empresas por eles constituídas.

## 3 Economia de escala

O crescimento das cooperativas do Rio Grande do Sul é uma decorrência do engenho criativo de seus participantes, elevando o volume de suas operações, racionalizando o uso dos recursos humanos, financeiros e materiais, implantando modernas técnicas de administração e de gerência de negócios, beneficiando-se dos ganhos de economia de escala, tão salutares ao fortalecimento de qualquer empresa moderna.

Justifica-se, então, que as atividades das cooperativas se expandem em formas de integração vertical e horizontal, implantando dispositivos operacionais necessários ao desempenho econômico, profissional e social dos associados, tais como: armazéns, silos e depósitos; indústrias de transformação de matéria-prima rural; elaboração e/ou fornecimento de insumos; transportes; lojas e supermercados; serviços especializados e de assistência social; empresas ligadas à comercialização interna e externa de seus produtos.

Obedecendo às linhas da economia de escala, não poderia a cooperativa se limitar à área de seu município, em face de custos operacionais de administração, transporte e comercialização tendentes a onerar o produto agrícola e anular a competitividade de seus produtos.

## 4 Compatibilização com programas de governo

Pode-se afirmar que as cooperativas vêm enfrentando, ombro a ombro com o Governo, os duros golpes sofridos na luta pela recuperação e desenvolvimento do País. Alinhando-se aos esforços do Governo na formação de divisas para equilíbrio da balança de pagamentos, as cooperativas aumentaram o volume de suas exportações, em 1976, em 42% relativamente a 1975, passando de 430 milhões para 612 milhões de dólares, dos quais o Rio Grande do Sul participou com 59,9%.

Na batalha contra a inflação, as cooperativas se lançaram em programas de modernização de suas empresas, reduzindo os custos de comercialização de seus produtos, fornecendo bens de produção a seus associados a preços acessíveis, transferindo tecnologia ao setor produtivo através de assistência técnica ao produtor, racionalizando os serviços de transporte, aumentando a produtividade e conseqüentemente a maior oferta de melhores produtos no mercado.

## 5 Controle e fiscalização

As cooperativas, atuando dentro do âmbito definido pelos estatutos legais que regem as atividades comerciais no País, e subordinando-se, ainda, a Lei Cooperativista nº 5.764, de 16.12.71, têm consciência de que seu desenvolvimento deve ser progressivo, evolutivo e dinâmico, necessário ao aperfeiçoamento das técnicas mais racionais e de novos sistemas de gerência de negócios em benefício da economia do Estado e do País.

Os mecanismos de controle e fiscalização, acionados quando necessários, serão sempre benéficos às cooperativas, cuja responsabilidade é garantir a tranquilidade produtiva de seus associados.

Não temem as cooperativas nem o debate, nem a fiscalização, nem as críticas, conscientes que são de sua estrutura democrática, de sua participação no regime de livre competição do mercado, em que permanecem os que evoluem, crescem e se antecipam na solução dos problemas próprios às organizações empresariais.

## 6 Conclusões

Diante das amplas perspectivas de crescimento de nosso País, as cooperativas reunidas no IV Seminário Gaúcho de Cooperativismo consideram que o desenvolvimento do cooperativismo ainda não atingiu estágio inteiramente satisfatório e que as forças ainda latentes precisam ser canalizadas e melhor orientadas para que se chegue ao mais alto grau de eficiência do setor.

As cooperativas, obedientes aos princípios universalmente aceitos e reafirmados pela Aliança Cooperativa Internacional, têm sempre presente que são empresas de caráter econômico, aptas a promover a ascensão social de seus associados, visando ao incremento dos ganhos dos produtores mediante aumento da produtividade e conseqüente redução dos custos de produção.

Ao manter e apoiar as condições de desenvolvimento do cooperativismo, sem paternalismo nem concessões, o Governo estará amparando o produtor e defendendo o consumidor, propiciando uma atmosfera de paz e tranquilidade social, necessárias ao trabalho produtivo e à criatividade do setor.

Conscientes de que a excelência do sistema cooperativo está perfeitamente integrada nos ideais de desenvolvimento e bem-estar da Nação e do povo brasileiro, as cooperativas do Rio Grande do Sul repudiam toda e qualquer tentativa de obstaculizar ou denegrir sua benéfica ação em prol da solução dos problemas nacionais.